

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.337.746 - SC
(2018/0194224-1)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : CARLOS ANTONIO RODRIGUES SILVESTRE
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

CARLOS ANTONIO RODRIGUES SILVESTRE agrava de decisão que inadmitiu seu recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em face de acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina** na Apelação Criminal n. 0000050-98.2015.8.24.0020.

Os embargos de declaração opostos não foram providos, embora conhecidos.

Nas razões do recurso especial, a defesa aponta violação do art. 67 do Código Penal, assim como dos arts. 617 e 619, do Código de Processo Penal, ao argumento de que "a Corte Catarinense se omitiu em relação à compensação entre a agravante da reincidência e a atenuante da confissão espontânea, deixando de conferir caráter preponderante à atenuante em questão" (fl. 275).

Requer, dessa forma, o provimento do recurso, "para reformar o acórdão atacado e, com isso, compensar a agravante da reincidência com a atenuante da confissão ou, subsidiariamente, determinar que o Tribunal de Justiça de Santa Catarina analise a questão" (fl. 278).

A Corte local não admitiu o recurso, o que ensejou a interposição deste agravo.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do recurso (fls. 349-350).

Decido.

O agravo é tempestivo, porém reconheço o acerto da decisão

recorrida sobre **a falta de prequestionamento da matéria aventada no recurso especial.**

Na espécie, a **tese** – compensação entre a agravante da reincidência com a atenuante da confissão espontânea – **não foi alegada nas razões da apelação.** A defesa do réu somente arguiu a questão nos embargos declaratórios, motivo pelo qual **o Tribunal local rechaçou a omissão, in verbis** (fls. 263-264, grifei):

O recurso não merece acolhida.

Consoante a assentada doutrina e jurisprudência, servem os embargos de declaração para a integração do pronunciamento judicial embargado ante a correção dos vícios nele constantes, para que o ato, então, atenda à garantia constitucional esculpida no art. 93, inciso IX, da Constituição Federal, e se apresente "devidamente fundamentado".

Assim, por serem os aclaratórios um recurso de fundamentação vinculada, o seu efeito devolutivo é restrito à argumentação relativa à existência do vício supra referido, do que se depreende que não é permitida a apresentação de argumentos outros tendentes à rediscussão e alteração do julgado.

Tal aspecto, porém, não foi observado, *in casu*, pela parte embargante, que apresenta nítida insurgência sobre o teor do julgamento, buscando a reforma deste em sentido que melhor atenda aos seus interesses, até mesmo porque, a própria defesa reconhece que a tese não foi explicitamente suscitada nas razões recursais.

Esta egrégia Câmara mantém o entendimento de que não se deve conhecer matéria que não foi apresentada nas razões recursais, em aplicação ao princípio do *tantum devolutum quantum appellatum*.

Desse modo, resta clarividente que o julgamento dos embargos de declaração não se presta à correção de eventual *error in iudicando*, ocorrência processual para a qual o ordenamento jurídico pátrio previu outros instrumentos jurídicos.

Outrossim, os aclaratórios tampouco são via adequada para forçar o Julgador a se pronunciar sobre determinada questão sob a ótica desejada pelo embargante.

Por tudo isso é que, em não se verificando algum dos vícios previstos no artigo supra mencionado, é incabível o acolhimento dos embargos de declaração (seja para corrigir suposto erro de julgamento, seja para a

complementação de fundamentação suficiente, seja para mero prequestionamento).

Destarte, não há como acolher os presentes embargos de declaração.

O *decisum* proferido nos aclaratórios está de acordo com a jurisprudência desta Corte, *in verbis*:

[...]

2. "É vedado à parte recorrente, em sede de embargos de declaração e agravo regimental, suscitar matéria que não foi suscitada anteriormente, em virtude da ocorrência da preclusão consumativa".

(STJ, AgRg nos EDcl no REsp 1.455.777/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/09/2015)

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no RE nos EDcl no AgRg no AREsp n. 744.187/DF, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Corte Especial, DJe 28/11/2018)

Dessa forma, **não houve debate na origem** quanto ao alegado malferimento ao art. 67 do Código Penal.

Vale dizer: "se a matéria jurídica alegada nas razões de recurso especial sequer foi apontada em sede de apelação, e, por conseguinte, não foi debatida pelo Tribunal de origem, importando em inovação processual, também impede a abertura do debate a ausência de prequestionamento." (REsp n. 1.024.737/MG, Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª T., DJe 30/4/2008)

O prequestionamento, assim, é requisito imprescindível para o conhecimento do especial, dada a necessidade de as causas serem *decididas, em única ou última instância*, consoante os termos do próprio inciso III do art. 105 da Constituição Federal, sob pena de incidência das Súmulas n. 282 e/ou 356 do STF – aplicadas analogicamente no âmbito desta Corte – ou da Súmula n. 211 do STJ.

Portanto, aplica-se à espécie **o comando do enunciado n. 211 do STJ**, cujo teor assevera ser "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*."

Ressalto, por oportuno, que **não era nem mesmo caso de concessão de habeas corpus de ofício pelo Tribunal de origem**, uma vez que o réu é multirreincidente, o que veda a compensação integral com a atenuante da confissão espontânea, nos termos da firme jurisprudência desta Corte.

Ilustrativamente:

[...]

II - A jurisprudência desta Corte atua no sentido de compensar a agravante da reincidência com a atenuante da confissão, não havendo que se falar em preponderância da primeira. III. No caso, embora reconhecida a confissão, inviável a compensação integral com a agravante, **considerando a multirreincidência do paciente**. Com efeito, em se tratando de agente que ostenta mais de uma sentença configuradora de reincidência, a compensação deve ser parcial.

Assim, demonstrada a multirreincidência, o paciente faz jus à compensação parcial, de forma que nenhuma censura merece o quantum estabelecido pelas instâncias ordinárias, que se mostra proporcional.

[...]

(EDcl no HC n. 460.831/SP, Rel. Ministro **Felix Fischer**, 5ª T., DJe 16/10/2018)

À vista do exposto, **conheço do agravo para**, com fundamento no art. 932, III, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, **não conhecer do recurso especial**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**